

SEÇÃO 1 - RESULTADOS DE ESTUDO AVALIATIVO

Pronaf e Garantia-Safra têm bom desempenho e se mostram fundamentais para a adaptação da agricultura familiar a estiagens prolongadas

Joacir Rufino de Aquino

Economista. Doutorando em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (DINTER UFRN-UERN). Professor Adjunto IV do Curso de Economia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (Campus de Assú). Vice-Presidente do Nordeste da SOBER (Gestão: 2021-2023). Sócio do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento (CICF). Correio Eletrônico: joaciraquino@uern.br.

Maria de Fátima Vidal

Engenheira Agrônoma. Mestre em Economia Rural pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Pesquisadora do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE-BNB). Correio Eletrônico: fatimavidal@bnb.gov.br.

Maria Odete Alves

Eng^a Agrônoma, Doutora em Desenvolvimento Sustentável. Pesquisadora do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE). Correio Eletrônico: moalves@bnb.gov.br.

Este texto apresenta um resumo do estudo “Políticas públicas de adaptação à seca prolongada no Nordeste: o papel do Pronaf e do Garantia-Safra”, elaborado no âmbito de uma parceria entre técnicos do ETENE e o professor da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte, Joacir de Aquino. O objetivo do estudo foi verificar o desempenho dos programas Pronaf e Garantia-Safra (PGS), no período 2010-2019, bem como o papel que desempenharam no processo de adaptação dos agricultores familiares às estiagens prolongadas. Recorreu-se à sistematização de estatísticas oficiais sobre ambos os programas, no período 2010 a 2019, bem como a uma revisão da literatura disponível sobre o tema. Igualmente, utilizaram-se dados do Censo Agropecuário 2017 (IBGE) sobre a situação da agricultura familiar.

É sabido que o Nordeste brasileiro sofreu uma das maiores secas entre os anos de 2012 e 2017, atingindo, em maior ou menor grau, todos os estados da Região. Outro episódio climático tão extenso só havia sido registrado em meados do século XVIII.

Em linhas gerais, o estudo mostrou que as secas constituem um problema histórico na Região Nordeste e que o evento climático ocorrido no período de 2012 a 2017 impactou diretamente nas atividades produtivas regionais. Apesar dos prejuízos provocados pela escassez hídrica, a agricultura familiar resistiu e continua sendo, no final da segunda década do século XXI, a principal forma de trabalho e produção no campo. Tal resistência é fortalecida por um conjunto de políticas públicas implementadas ou fortalecidas a partir dos anos 2000, que incluem uma ampla rede hídrica e de proteção social, juntamente com políticas de apoio à produção.

O estudo mostra que, no caso do Pronaf, as operações se mantiveram durante todo o intervalo de tempo analisado. Injetaram R\$ 36,5 bilhões na economia local, distribuídos em quase oito milhões de empréstimos concentrados principalmente no apoio à pecuária. Já o PGS demonstrou um grande crescimento durante a seca, aplicando mais de R\$ 6,4 bilhões na economia regional, inclusive nos diversos municípios do Semiárido brasileiro, apresentando uma grande capilaridade geográfica.

Os recursos aplicados por essas políticas geraram variados impactos produtivos e socioeconômicos. Seus efeitos mais importantes se referem à ampliação da produção e à melhoria da segurança alimentar dos agricultores familiares de baixa renda. Os investimentos realizados também contribuíram para a manutenção da participação da agricultura familiar nas principais cadeias produtivas da agropecuária regional. Apesar disso, a maioria do segmento familiar continua muito pobre e com baixa capacidade de produção.

Tais resultados sinalizam para a necessidade de manutenção e ampliação das políticas de crédito e seguro rural na Região. Essa ampliação se depara, contudo, com alguns limites, como a falta de assistência técnica. Mas, como demonstrado na análise original, além da necessidade de ampliar a escala, o desafio consiste, também, em promover a integração e a diversificação das atividades financiadas. Logo, como a ocorrência e a intensidade das secas no território nordestino tendem a se agravar por conta do aquecimento global, o futuro da agricultura familiar local depende cada vez mais de políticas de desenvolvimento rural integradas, visando promover a geração de renda e a adaptação das suas

atividades produtivas aos choques climáticos. No âmbito dessas iniciativas, sem dúvida, o Pronaf e o PGS são fundamentais. Contudo, tais políticas necessitam superar o seu viés setorial e focalizar suas ações em uma estratégia mais ampla de convivência com o meio ambiente regional.

Para ver o documento original, seguir o link:

[Políticas públicas de adaptação à seca prolongada no Nordeste: o papel do Pronaf e do Garantia-Safra](#)

SEÇÃO 2 – ESTUDO AVALIATIVO EM ANDAMENTO

O Financiamento à inovação econômica e sua importância para a economia

Elizabeth Castelo Branco

Pesquisadora do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE), Especialista em Gestão Ambiental, Especialista em Avaliação de Políticas Públicas, Mestre em Administração, Mestre e Doutora em Conservación del Medio Ambiente y Cambio Global.

Produtividade, competitividade e inovação estão diretamente relacionadas. No entanto, para estimular o processo de inovação e a geração de ideias é importante a construção de uma ambiência favorável que apoie os empreendedores e que estimule o desenvolvimento de suas habilidades e de seus conhecimentos para a criação de produtos, serviços e de processos organizacionais, o que concorre para inaugurar novos ciclos de prosperidade, tanto no âmbito empresarial quanto de abrangência interna e externa aos países, de maneira geral.

Empresas líderes e academia, em sinergia, impulsionam a capacidade de um país em acumular recursos e competências para alavancar e difundir o progresso tecnológico. Os investimentos das empresas em pesquisa e desenvolvimento (P&D), complementados por instrumentos governamentais, de apoio à pesquisa, ao desenvolvimento e à inovação tecnológica, no ambiente produtivo, estimulam a geração de ideias e contribuem para o compartilhamento dos riscos intrínsecos ao processo de inovar. Além disso, o investimento em inovação, realizado pelo setor público, é incentivo para que as empresas, cada vez mais, ampliem seus investimentos em P&D.

Em âmbito nacional, o marco legal da inovação econômica é o Decreto nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018, que regulamenta a Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, e a Lei nº 10.973, de 02 de dezembro de 2004.

A Lei de Inovação Tecnológica (Lei nº 10.973, 2004) está organizada em torno de três eixos: (1) constituição de ambiente propício a parcerias estratégicas entre universidades, institutos tecnológicos e empresas; (2) estímulo à participação de institutos de ciência e tecnologia no processo de inovação; (3) estímulo à inovação na empresa. Essa Lei estabelece, ainda, os dispositivos para incubação de empresas no espaço público e o compartilhamento de infraestrutura, equipamentos e recursos humanos, públicos e privados, além de criar regras para participação do pesquisador público em processos de inovação tecnológica desenvolvidos no setor produtivo (BRASIL, 2004).

Na perspectiva de criar uma ambiência favorável à inovação econômica, o BNB adota diferentes estratégias, dentre as quais destacam-se: (1) o Hub de Inovação Banco do Nordeste, (2) a subvenção econômica para projetos inovadores, por meio do Fundeci e (3) o financiamento de projetos produtivos de inovação, por meio do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). Para identificar as contribuições dessas estratégias para o processo inovativo das empresas, foram realizados dois estudos avaliativos sobre o Hub de Inovação Banco do Nordeste, um em 2019 e outro em 2020; e um estudo para avaliar a subvenção econômica, por meio do Fundeci, em 2021.

Estudos avaliativos do Hub de Inovação Banco do Nordeste e do Fundeci, no âmbito do Edital 01/2019, de subvenção econômica, cujo foco foi o apoio à inovação para pequenas empresas, foram desenvolvidos no período entre 2019 e 2021.

Visando conhecer a contribuição do financiamento à inovação, está em andamento estudo avaliativo sobre as contratações realizadas, no âmbito do FNE, por meio do programa FNE Inovação.

A metodologia inicialmente traçada contemplava duas pesquisas de campo: uma com os Gerentes de Relacionamento do BNB relacionados aos projetos financiados e outra junto aos empreendedores financiados pelo Programa FNE Inovação. Diante das dificuldades internas, houve sério prejuízo ao cronograma e a pesquisa, junto aos clientes, será realizada em continuidade, como um estudo complementar direcionado ao Setor da Indústria, por se constituir o setor que demanda mais inovação e embasa diferentes iniciativas mundiais de sistematização do desempenho das empresas sob o foco da inovação, tais como o EU Industrial R&D Investment Scoreboard e o Global Innovation Index. Assim, os objetivos específicos do estudo reformularam-se para: (1) traçar um quadro das tipologias de inovação financiadas pelo BNB; (2) identificar um conjunto de variáveis que configure a ambiência favorável à inovação, no âmbito internacional, nacional e regional, visando à proposição de um indicador regional de inovação.

A base de dados utilizada foi disponibilizada pelo Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito, e se realizou o corte temporal de 11 anos, de janeiro de 2011 a dezembro de 2021. A pesquisa de campo foi realizada no período de março a maio de 2022, utilizando-se questionário estruturado, disponibilizado aos colegas Gerentes de Relacionamento, por meio de correio eletrônico.

Foram consultados, ao todo, 133 operações de financiamento, o que corresponde a 30,4% do número total de operações, e a 26,1% do montante financiado, com o objetivo de qualificar as principais tipologias de inovação financiadas pelo BNB.

O estudo encontra-se na fase de análise dos dados secundários e primários e o término do trabalho está previsto para o final do primeiro semestre de 2022.

Boletins Disponíveis:

- [Ano 1, n. 1, Jan-Mar. 2018](#)
- [Ano 1, n. 2, Abr-Jun. 2018](#)
- [Ano 1, n. 3, Jul-Set. 2018](#)
- [Ano 1, n. 4, Out-Dez. 2018](#)
- [Ano 2, n. 1, Jan-Mar. 2019](#)
- [Ano 2, n. 2, Abr-Jun. 2019](#)
- [Ano 2, n. 3, Jul-Set. 2019](#)
- [Ano 2, n. 4, Out-Dez. 2019](#)
- [Ano 3, nº 1, Jan-Mar 2020](#)
- [Ano 3, n. 2, Abr-Jun. 2020](#)
- [Ano 3, nº 3, Jul-Set 2020](#)
- [Ano 3, nº 4, Out-Dez 2020](#)
- [Ano 4, nº 1, Jan-Mar 2021](#)
- [Ano 4, nº 2, Abr-Jun 2021](#)
- [Ano 4, nº 3, Jul-Set 2021](#)
- [Ano 4 n.4, Out-dez 2021](#)
- [Ano 5, n.1, Jan-Mar. 2022](#)

ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO NORDESTE - ETENE | Economista-Chefe: Luiz Alberto Esteves. Gerente de Ambiente: Tibério Rômulo Romão Bernardo. Elaboração: Célula de Avaliação de Políticas e Programas. Gerente Executivo: Airton Saboya Valente Junior. Equipe Técnica: Elizabeth Castelo Branco, Luiz Fernando Gonçalves Viana, Maria Inez Simões Sales, Maria Odete Alves, Wendell Márcio Carneiro, Alysson Inácio de Oliveira (Bolsista Convênio BNB/IEL/CNPq), Camila Ribeiro Cardoso dos Santos (Bolsista Convênio BNB/IEL/CNPq), José Maria da Cunha Junior (Bolsista Convênio BNB/IEL/CNPq), Maria Renata Bezerra Melo (Bolsista Convênio BNB/IEL/CNPq), Pedro Costa de Castro Ivo (bolsista de Nível Superior). Coordenação e Edição: Maria Odete Alves. Revisão Vernacular: Hermano José Pinho. Projeto Gráfico: Gustavo Bezerra Carvalho.

Aviso Legal: O BNB/ETENE não se responsabiliza por quaisquer atos/decisões tomados com base nas informações disponibilizadas por suas publicações e projeções. Desse modo, todas as consequências ou responsabilidades pelo uso de quaisquer dados ou análises desta publicação serão assumidas exclusivamente pelo usuário, eximindo o BNB de todas as ações decorrentes do uso deste material. O acesso a essas informações implica a total aceitação deste termo de responsabilidade. É permitida a reprodução das matérias, desde que citada a fonte.